



ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PASSADO E PRESENTE (1930-2020)

RESUMO: O objetivo desse artigo é analisar como o Anticomunismo é reinventado no Brasil através da Política Externa Brasileira em momentos históricos diversos como o século XX e o início do século XXI. Se no século XX, a perseguição política aos comunistas mostrou-se em aparatos institucionais e em articulações com vizinhos, no século atual é percebido pelo movimento de extrema direita brasileiro, o Bolsonarismo, defensor da “desideologização” na Política Externa, por meio de uma suposta neutralidade ideológica contra países considerados bolivarianos-comunistas. A metodologia dessa pesquisa utiliza-se do método de revisão bibliográfica e do método de análise de documentos e discursos oficiais de formuladores da Política Externa Brasileira (PEB). A hipótese defendida no artigo é argumentar que o Anticomunismo na PEB é fenômeno recorrente na estratégia internacional brasileira, quando nas ações políticas internacionais aparece sobre novas formas e ressignificações ao longo do tempo. Como argumentos finais, o Anticomunismo na PEB ocorre como consequência de momentos de crise da democracia liberal e de crises econômicas do sistema internacional nos períodos assinalados, já que possibilitaram o surgimento de movimentos políticos autoritários e anticomunistas que conduzem tal política.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Anticomunismo; Século XX; Século XXI.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze how anti-communism is reinvented in Brazil through Brazilian foreign policy at different historical moments such as the 20th century and the beginning of the 21st century. If in the 20th century, political persecution of communists was shown in institutional apparatus and in articulations with neighbors, in the current century it is perceived by the Brazilian extreme right movement, Bolsonarism, defender of “desideologization” in Foreign Policy, through a supposed ideological neutrality against countries considered Bolivarian-communists. The methodology of this research uses the method of bibliographic review and the method of analyzing documents and official speeches of formulators of the Brazilian Foreign Policy (PEB). The hypothesis defended in the article is to argue that Anti-Communism in PEB is a recurring phenomenon in Brazilian international strategy, when in international political actions it appears as new forms and resignifications over time. As final arguments, Anti-Communism in the PEB occurs as a consequence of moments of crisis in liberal democracy and economic crises in the international system in the periods indicated, since they enabled the rise of authoritarian and anti-communist political movements that conduct such policy.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Anti-Communism; 20th century; 21st century.

**Danilo Sorato
Oliveira Moreira**

Professor de História da Educação Básica e Gestor de Inovação na empresa Xibé – Inovação em Alimentos. Graduado em História (UFPA). Graduado em Relações Internacionais (UNIFAP). Mestre em Ensino de História (UNIFAP). Atualmente é vinculado como pesquisador da UNIFAP, pelo Laboratório de Relações Internacionais e Geopolítica (LABRIGEO/ UNIFAP).



1 Introdução

O anticomunismo é um fenômeno recorrente no pensamento político nacional. O comunismo é um movimento político de largo alcance no Brasil, desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Sua organização influencia a luta dos trabalhadores e dos sindicatos no período, também alcança algumas camadas do Exército que reivindicavam melhores condições de trabalho, no caso os tenentes. Desse movimento, destaca-se a participação de Carlos Prestes, um dos expoentes do movimento comunista no país nos anos de 1930.

A revolta comunista de 1935 é considerada por muitos estudiosos, como Rodeghero (2002a, 2002b), o marco inicial do movimento anticomunista no Brasil. É a partir da liderança de Luiz Carlos Prestes, em marcha pelo interior do país, que os movimentos políticos autoritários reagiram por meio de Getúlio Vargas. Desse momento em diante, o PCB passa por liberações ou proibições na sua participação política enquanto partido político, respectivamente, em 1935 e 1946.

O movimento comunista brasileiro torna-se heterodoxo nos anos de 1960, quando novos líderes e partidos políticos começam a lutar contra a instauração da Ditadura Militar no Brasil. A reação institucional dos militares contra o comunismo, os proibindo outra vez de participar do jogo político, não impede a atuação política nas ruas por meio de várias tendências dos movimentos armados, políticos e culturais. Como nos mostra Ridenti (2010), nessa década existem diversos projetos políticos de revoltas armadas, cuja base era o comunismo, como o MR8, a Vanguarda Revolucionária, o PCB e o PCdoB.

Nos anos de 1980, o debate das esquerdas focou-se em novas formas de encarar as disputas políticas, nesse momento, muito mais institucionalizadas. A abertura política no Brasil reposiciona essa estratégia, sobretudo após a Constituição de 1988, que libera o multipartidarismo. Assim, os representantes da tradição comunista nos anos de 1990 são o PCdoB, PCO e PSTU. Esses partidos políticos disputam eleições, articulam movimentos de rua com trabalhadores e mantêm a proposta comunista na base das suas filosofias políticas.

No que tange a literatura especializada acerca do anticomunismo no Brasil, observa-se uma predileção pela análise mais ligada ao ambiente interno, ou de forma mais localizada e pontual, os estudos analisam algum momento histórico ligado à Política Externa Brasileira (PEB). Entretanto, a contribuição do artigo é justamente em abordar de forma mais global o anticomunismo como tendência na PEB no longo prazo, tendo em vista sua recorrente aparição nos séculos XX e XXI.

Desde os anos de 1930, como mostram Rodeghero (2002a) e Moreira (2012), diversas instituições e agentes políticos, além de outras instituições como a Igreja Católica, as Forças

Armadas, tornaram a relação conflitiva com o comunismo. Essa tendência anticomunista, também, é percebida na PEB do período. Como nos mostra Marques (2013, p. 645) com a subida ao poder de Vargas em 1930, as preocupações com o combate ao comunismo tornaram-se explícitas com a Lei de Segurança Nacional de 1934. Nesse ínterim, o Ministério das Relações Exteriores, via Itamaraty, ampliou sua agenda anticomunista com a cooperação internacional de órgãos de propaganda anticomunista, no caso a *Entente Internationale contre la Troisième Internationale*. Essa agenda do Primeiro governo Vargas incluiu a colaboração bilateral com países vizinhos, como o Uruguai. Ambos, em suas políticas externas anticomunistas, elaboraram articulações de perseguições a grupos políticos comunistas em seus territórios e fronteiras. Como argumenta Nepomuceno (2015, p. 139), a “diplomacia anticomunista” foi intensa e muito bem planejada pelos dois governos, especialmente no tópico da agenda em que havia troca de informações contra subversivos.

Além da primeira metade do século XX, encontram-se no Brasil, também, diversos ataques à ideologia política nos anos de 1960 com a ditadura militar. Por exemplo, a atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) é representativa do papel que o Itamaraty exerceu enquanto agente governamental contra o comunismo, como aponta Pena Filho (2009, p. 44). Essa é uma das diretrizes implantadas pelo governo Castelo Branco ao assumir o poder em 1964. O que Cerro e Bueno (2012, p. 395) chamaram de “dimensão bipolar” é um conjunto de ações alinhadas aos Estados Unidos da América (EUA), especialmente a visão política anticomunista. A partir do Golpe Militar houve uma tendência muito presente nas ações externas do país ao anticomunismo. Porém, esse aspecto não é homogêneo, pois existem outros governos militares em que essa visão perdeu força e intensidade, como por exemplo, em Ernesto Geisel.

O final da Guerra Fria trouxe um tempo de distensão contra o comunismo no mundo e no Brasil, o qual passava por um momento de maior abertura política e de criação de partidos políticos, inclusive de cunho comunistas, como PCdoB, PCO e PSTU. Nesse momento em que tendências anticomunistas são menos tensas, o que não quer dizer inexistente, já que alguns grupos políticos mantinham essa tradição política, por exemplo, Collor de Melo ou o PRONA, liderado por Enéas Carneiro, ainda defendiam ou eram vistos por seus seguidores com viés anticomunista (CALDEIRA NETO, 2020, p. 130). Porém sua projeção era pequena nas discussões nacionais, muito em função desse novo tempo que Fukuyama (1989) definiu, como o “fim da história”. Uma era em que, supostamente, o comunismo havia sido eliminado pelo capitalismo, sobretudo pela liderança dos EUA. Obviamente que essa percepção é exagerada atualmente, pois se for vista em perspectiva histórica, naquela época muitos países comunistas ainda estavam vigentes, como

China, Cuba e Coreia do Norte. Entretanto, não tinham a força e nem a dimensão da URSS, enquanto polo de poder no sistema internacional.

No Brasil, essa distensão contra o comunismo apareceu nas Políticas Externas Brasileiras que atuaram de forma menos agressiva se comparados aos anos anteriores. Nesse tempo, de 1990-2016, os governos brasileiros vincularam sua estratégia muito mais aos fluxos globais comerciais e financeiros do que exatamente em discursos políticos anticomunistas. Como nos mostram Cervo e Bueno (2012, p. 489), o cerne da política exterior gira em torno da Globalização. De acordo com esses autores, houveram três tipos de estratégias do estado brasileiro nesse período: o estado desenvolvimentista, normal ou logístico. Basicamente, observa-se qual a participação estatal no processo econômico, em especial se é centralizada, subalterna ou compartilhada, respectivamente. Logo, a ideologia política anticomunista não ganha espaço nos debates de política externa.

Entretanto, na segunda década do século XXI, esse panorama começou a ser modificado. As transformações globais e nacionais, como o crescimento político, econômico e tecnológico da China, bem como o surgimento de grupos políticos (neoconservadores nos EUA, extrema direita na Europa e conservadores-liberais no Brasil), ou eventos políticos transformadores (golpe de estado na Turquia, Impeachment no Paraguai, *Brexit* na Europa, eleição de Donald Trump nos EUA), (re)significaram uma tendência política outrora esquecida no final da Guerra Fria: o anticomunismo.

Todos esses eventos disruptivos têm origem em duas dinâmicas fundamentais. A primeira delas é econômica, pois a crise de 2008 trouxe grandes consequências para as sociedades desses países. Como defende Brown (2018, p. 48), a aliança do Estado nacional com o capital financeiro internacional permitiu que o ônus dessa crise fosse repassado aos cidadãos, especificamente pela defesa de uma “cidadania sacrificial”, cujo “déficit orçamentário” deveria ser pago pelo indivíduo. Portanto, as políticas econômicas restritivas e ortodoxas levaram ao aumento das tensões sociais nessas diversas realidades.

Por outro lado, há uma crise política na democracia liberal. Como defende Castells (2018), os excluídos da Globalização e dos espaços de representação política estão apoiando movimentos políticos que defendam suas agendas. No mundo atual é recorrente o crescimento de líderes populares e autoritários em diversos países, tais como, EUA, Turquia, Rússia, Hungria, Brasil. Nesse ponto, Appadurai (2019, p. 20) elucida que esses personagens políticos possuem, como forma de atuação, um universo mental xenófobo, patriarcal e autoritário. Mas longe de centrar seus esforços apenas no papel dos líderes, ele debate apenas o papel de seus seguidores, deixando à margem a análise de que entre esses líderes e os liderados observa-se o ressurgimento de tendências anticomunistas.

No Brasil, o anticomunismo retornou durante as manifestações de junho de 2013. Como defende Freixo (2016, p. 9), as consequências desse movimento reivindicatório por melhores direitos sociais (transporte, educação, saúde) gerou uma divisão entre os grupos políticos do país. Naquele momento surgiram grupos heterodoxos (liberais, monarquistas, anticomunistas) e desmobilizados com um discurso abstrato contra a corrupção, e também de raiva direcionada ao PT. Os partidos de oposição (PSDB, DEM) não conseguiram dar voz a esse grupo heterodoxo, mesmo no pós-Golpe de 2016, com Michel Temer e sua base de apoio (PSDB, DEM). Em relação ao termo analítico, Golpe, entende-se aqui enquanto conceito analítico que explica a ruptura de governo a partir de alguns fatores como: 1) mobilização de uma facção da burocracia estatal; 2) acionamento de recursos excepcionais; 3) mudança institucional (BIANCHI, 2019). Nesse ponto debatido em sua gênese e historicamente, pode-se entender que no Brasil houve uma junção de forças entre “antigas elites econômicas, políticas e midiáticas” para depor o governo Rousseff (FREIXO; MACHADO, 2019b, p. 19). Porém, essas forças não se esgotam apenas nas categorias anteriores, pode-se apontar que além do Parlamento brasileiro, setores do Judiciário e do Executivo mobilizaram-se pela saída da presidente, como o MPF e a PF (MIGUEL, 2019, p. 167-167).

A PEB começou a sofrer as consequências desses grupos políticos, que adotam uma tática de acusar de “comunismo” as ações de política externa realizadas pelos governos do PT. A Política Externa Ativa e Altiva, como mostra Freixo et al (2011), articulou um olhar para o Eixo Sul-Sul buscando destacar um protagonismo brasileiro regional (Mercosul, Unasul, Celac) nos assuntos da agenda internacional (meio ambiente, conselho de segurança). Com mudanças pontuais na orientação da política exterior, o período Rousseff (2011-2016), mantinha os princípios e atuações do governo anterior, mas tinha certa retração na atuação política nos foros internacionais, como defende Cervo e Lessa (2014). Mesmo assim, parceiros fundamentais no entorno regional foram mantidos, como Venezuela, Bolívia, Cuba.

Em sentido contrário a essa perspectiva, os grupos políticos que emergiram ao poder a partir do processo de impedimento de Rousseff, o PSDB e o MDB, produziram modificações na política externa. Como defende Freixo (2019a, p. 2), o novo governo justificou a mudança de rumos por uma política supostamente “não ideológica”. Na prática, esse discurso se torna um progressivo afastamento de países do Sul, considerados “bolivarianistas-comunistas”, como Venezuela, Bolívia, Nicarágua. Aliás, como propõe Lacerda (2019), o conceito de “bolivarianismo-comunismo” é uma retórica política recorrente dos grupos políticos de direita e de extrema direita brasileira e de políticos ligados a Jair Bolsonaro. Na política externa, tais grupos utilizam a ideia de “bolivarianismo-comunismo” para afastar o país de parceiros externos, que supostamente gerariam baixo retorno aos interesses nacionais. Nada mais contraditório à realidade,

pois é recorrente a presença dos países citados na corrente comercial brasileira, sobretudo nas trocas comerciais com gases e combustíveis. Por exemplo, segundo o site do MRE (s/d), o Brasil é o principal parceiro comercial boliviano com exportações de gás natural e importações de manufaturados. Resultante dessa parceria, no ano de 2018, ocorreu um incremento na balança comercial em 3% (saindo de 1,5 bilhão em 2017 para 1,6 bilhão de dólares em 2018). Em relação à Venezuela, a parceria comercial perdeu força em virtude da grave crise econômica e social naquele país a partir de 2013. Mas ainda assim é um importante mercado para as exportações brasileiras, como ocorreu com a corrente de comércio em 2019 de aproximadamente 500 milhões de dólares. Cabe observar que esses valores são os menores dos últimos 20 anos, momento em que a aproximação entre as duas nações geraram muitos dividendos para o Brasil, com destaque para o ano de 2008, quando o vizinho sul-americano ficou entre os dez maiores parceiros comerciais (REDAÇÃO O SUL, 2020).

A subida ao poder de Jair Bolsonaro em 2018 é uma posição ainda mais exacerbada do anticomunismo na política externa. O Bolsonarismo, como mostra Freixo (2019b, p. 3) é um fenômeno recente na política brasileira, e envolve uma mescla de grupos políticos e sociais que incluem desde liberais, conservadores, militares, judeus, pentecostais. Esse movimento político visa claramente institucionalizar ações anticomunistas no Brasil. Um exemplo nítido dessa vontade é a tentativa de criação de um partido político, a Aliança pelo Brasil (ALIANÇA, 2019, p. 3). O partido não conseguiu o mínimo de assinaturas para a sua legitimação pelo TSE no ano de 2019. Mas vale a pena atentar para o seu Estatuto, cujo artigo 12, inciso XV, versa o seguinte sobre a obrigação dos membros: “o combate ao comunismo, ao nazifascismo, ao globalismo e a toda e qualquer ideologia que atente contra a dignidade humana, à ordem natural e às liberdades individuais.”. De forma clara, o partido político bolsonarista pretende exigir, de seus membros, posturas anticomunistas. Ademais, cabe mencionar a cosmovisão conservadora de Jair Bolsonaro, com formação militar e anticomunista, ele reflete, como líder, o que seus seguidores esperam contra o movimento comunista. Ele é filho da tradição política da ditadura militar de 1964 a 1985, que combateu o comunismo abertamente nas instituições nacionais, e compõe aproximações com seus seguidores nesse sentido. Um dos aspectos da visão de mundo bolsonarista e da inserção internacional é caracterizado pelo constante questionamento do multilateralismo, das organizações internacionais, dos fluxos globais e dos “comunistas-globalistas”¹.

¹O termo “comunista-globalista” tem sido utilizado pelos movimentos de extrema-direita no Brasil, sobretudo ligados à figura política de Jair Bolsonaro. Porém, essas terminologias não estão restritas ao caso brasileiro, pois vêm sendo utilizadas por outros movimentos no mundo, por exemplo, nos EUA, é perceptível a utilização desses termos entre os neoconservadores, com destaque para nomes como Steve Bannon e Donald Trump. O expoente dessas teses no país é o filósofo Olavo de Carvalho, assumidas pela família Bolsonaro, pelo chanceler Ernesto Araújo e pelo assessor

A ressignificação é um processo no qual um conceito ou termo muda ao longo do tempo a partir das suas variadas aplicações. Não se pode compreender o significado de um conceito de modo separado ao seu uso na sociedade, sendo necessário levar em conta o contexto no qual é aplicado e a temporalidade em que se insere (PROTO, 2011). Em outras palavras, o fenômeno histórico pode ser rearticulado no tempo através da linguagem. Assim, percebe-se que o anticomunismo, é (re) inventado no século XXI por grupos políticos com velhas e novas aspirações de poder. Eles se sustentam naquela antiga tradição anticomunista como norte de orientação, e realinham suas estratégias políticas moldadas ao tempo presente. É o caso da PEB na última década revista sobre novos signos dialéticos como “desideologização”, “bolivarianismo-comunismo” e “marxismo cultural”.

O objetivo desse artigo é analisar como o anticomunismo é reinventado no Brasil historicamente, através da PEB em momentos históricos diversos do século XX e do início do século XXI. Na primeira seção será discutido o anticomunismo na PEB. Na segunda seção, será analisado como se construiu essa tendência anticomunista no século XX, especificamente entre 1930 a 1985, a fim de demonstrar sua longa tradição no debate político brasileiro. Na terceira seção, será abordado como o anticomunismo vem se reinventado no século XXI, a partir da segunda década, na estratégia internacional brasileira sob o signo político da nova direita bolsonarista em termos como “desideologização” e na luta contra o “marxismo cultural”.

2 O Anticomunismo na Política Externa Brasileira no Século XX

O anticomunismo na PEB é percebido em vários momentos ao longo do tempo. Em primeiro lugar, é fundamental compreender que o comunismo é combatido no Brasil em sentido interno nos anos de 1920 a 1930, ou seja, através das instituições públicas (governo, exército, igreja, imprensa, etc.). Como nos mostra Moreira (2018, p. 39), o imaginário anticomunista esteve presente em periódicos católicos desde 1920. Depois, nos anos de 1960, diante do contexto da Guerra Fria, a Igreja católica do Brasil e dos EUA atuaram para combater o comunismo, como defende Rodeghero (2002b). Também, existem outras instituições, como o Exército, que possuem uma dinâmica anticomunista comum. Como argumenta Otávio Junior (2014, p. 14), no Exército Brasileiro as raízes do seu sentimento anticomunista aparecem a partir de 1917 com a Revolução Russa. Em muitos momentos da história brasileira, essa instituição juntou-se a Igreja Católica para divulgar ideias anticomunistas.

internacional, Filipe Martins. Essa retórica foi de forma constante desde a eleição de Bolsonaro em 2018 pelo que chamam de “ala ideológica” dos formuladores da Política Externa Brasileira atual.

Em segundo lugar, o anticomunismo na PEB aparece em dois momentos históricos. No século XX, pode-se identificar a atuação internacional brasileira anticomunista no governo Vargas, tal como propõe Marques (2013). Em alguns momentos, essa ação do Itamaraty mostra-se em formato bilateral com sua vizinhança sul-americana. No caso entre Brasil e Uruguai, as ações anticomunistas focavam em identificar possíveis inimigos políticos nos dois locais. Há colaboração institucional para delatar os comunistas, como argumenta Nepomuceno (2015, p. 140):

(...) Mas um dos resultados convergentes das reações provocadas em cada país foi a adoção de medidas de repressão semelhantes, segundo se observa na documentação diplomática, e de proteção entre os governos contra seus opositores, de troca de informações não somente entre as polícias políticas, mas também entre as chancelarias, para impedir, cercear, vigiar e até mesmo prender ou extraditar políticos e intelectuais que opunham resistência a tais situações.

O que se percebe na citação é a coincidência de posições entre governos sul-americanos contra o comunismo. Eles usavam do aparato institucional e legal para reprimir seus opositores políticos, com diminuição de espaços de liberdades políticas. Havia uma estratégia internacional anticomunista entre governos de ideologias políticas próximas.

Outras ações dizem respeito à interferência política do governo Vargas para forçar a interrupção das relações diplomáticas do Uruguai com a URSS em 1935, baseado em sua política anticomunista na política externa, como propõe Ayçaguer (2008, p. 93). Essa ligação, também, esteve presente no contato bilateral entre Brasil e Argentina no período de 1930 a 1960. Como propõe Setemy (2010, 2013a; 2013b, 2015), o Itamaraty deu apoio para as ações anticomunistas do governo Vargas, sobretudo dando uma série de informações obtidas com o governo argentino. Outro alvo do comportamento anticomunista na política externa do governo Vargas foi a URSS. Como nos mostra Torres (2013, p. 54), o Itamaraty desde a instauração da Revolução Russa não manteve boas relações diplomáticas com o novo país. Essas ações foram corroboradas pelo governo Vargas, especialmente no que tange as instruções aos viajantes brasileiros em relação àquela realidade soviética. Para além dessa perspectiva bilateral, com o avanço do governo Vargas para o Estado Novo em 1937, também são criados aparatos de informação e segurança no exterior para caçar comunistas, como ocorreu com o Serviço de Estudos e Investigações (SEI), tal como propõe Nepomuceno (2018). Sendo assim, criam-se estruturas institucionais ligadas ao Itamaraty para combater os inimigos comunistas do governo.

Na segunda metade do século XX, o anticomunismo na política externa continua a ser percebido em diversos governos, como Dutra e Vargas. Como defende Salomão (2015, p. 40), ambos possuíam uma retórica e ações anticomunistas tendo em vista a parceria com os EUA,

especialmente na busca por benefícios econômicos. Na Organização das Nações Unidas (ONU), o governo Dutra marcou sua posição ao lado dos americanos. No que tange ao combate do comunismo, o país colocou-se a favor de medidas contra esse movimento, como bem define Oliveira (2017a, 2017b). Tanto contra as posições soviéticas, quanto com as resoluções para a América do Sul.

No caso de Vargas, o anticomunismo não ficou restrito a sua área de atuação mais imediata como a América do Sul, mas também, foi foco de atuação na América Central, especificamente na região das Antilhas. Como bem define Silva (2002, p. 96), uma das diretrizes máximas do país nessa região era o anticomunismo em escala internacional. No governo seguinte, em Juscelino Kubistchek (1956-1960), há ações bem pontuais em que o anticomunismo é praticado na sua ação internacional, como mostra Silva (2009). Essas atitudes ocorreram, por exemplo, na Revolução Húngara em 1956, algo que envolveu, inclusive, a Política Externa Independente de Jânio Quadros. Como aponta Szilágyi (2016, p. 131), esse fato histórico foi vetor importante para corroborar com as teses dos movimentos políticos anticomunistas, como a UDN, que rechaçavam qualquer aproximação com os países do Leste Europeu. O governo de Jânio Quadros (1961) atuou de forma contraditória em relação ao comunismo, já que havia uma forte retórica anticomunista na sua base interna conservadora, especialmente nos grupos que lhe deram apoio eleitoral, como UDN. Mas isso não impediu aproximações com expoentes do comunismo internacional, por exemplo, foi relevante a aproximação de Quadros com a URSS, quando reativou relações diplomáticas suspensas desde o governo Dutra. Também, o simbolismo na condecoração da ordem do Cruzeiro do Sul a Che Guevara e Yuri Gagarin.

Nos anos de 1960 à 1985, essa tendência anticomunista na política externa é mantida e aprofundada com a Ditadura Militar. Em ações conjuntas entre o Itamaraty e o Centro de Informações do Exterior, como propõe Pena Filho (2009, p. 44) e Prado (2017, p. 41), para a espionagem e delação de inimigos comunistas. Tais ações originaram-se na gestão Castelo (1964-1967), quando o pensamento da Escola de Guerra e o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) são componentes para que o Itamaraty articule uma intensa política anticomunista, como defende Castilho (2014, p. 58). Outro importante papel exercido é pelo Chanceler Juracy Magalhães, no governo Castelo. Ele é responsável por medidas que ajudam o Itamaraty na sua política anticomunista, como a aproximação com o SNI, a caça a adversários no próprio Itamaraty, dentre outras ações (RÊGO, 2017).

É interessante perceber o relacionamento entre Brasil e URSS, no qual em muitos momentos há uma clara política externa anticomunista. Como defende Caterina (2015, p. 267), durante a Ditadura Militar, a ação internacional brasileira foi extremamente contrária a um maior

relacionamento político, ainda que no aspecto econômico tenham ocorrido boas parcerias. O governo militar de Geisel, conhecido pelo “pragmatismo responsável”, é mais aberto ao diálogo com países comunistas, sobretudo quando se fala nos interesses econômicos e na ampliação dos mercados brasileiros nos anos 70. É significativo o caso do reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e China nesse período, como defende Pimentel (2015, p. 204). Mesmo que hajam essas ponderações em termos econômicos, politicamente, a retórica anticomunista é muito persistente nos formuladores de PEB do período militar. O Final da Guerra Fria diminuiu a intensidade do anticomunismo pela crença em que esse movimento político havia sido derrotado após a dissolução da URSS, no que Fukuyama (1989) chamou de possível “fim da história”, e que os EUA seriam os promotores da ordem liberal em larga escala pelo mundo, como propõe Mearsheimer (2019, p. 25). Isto é, um mundo liberal e não comunista, cujos fluxos globais e o mercado livre eram os expoentes entre os anos de 1990 e 2000. No Brasil, em consonância com as dinâmicas externas, essa concepção liberal, inclusive na perspectiva política possibilitou que os partidos comunistas participassem do jogo político-institucional pós-1988. Nesse período histórico, a tendência anticomunista se arrefeceu até pelo menos a segunda década do século XXI, quando são reinventadas ações anticomunistas em uma nova conjuntura mundial e nacional. Na próxima seção, será discutido esse novo olhar reinventado sobre o anticomunismo na PEB.

3 O Anticomunismo Reinventado na Política Externa no Século XXI

No século XXI, com a volta do anticomunismo na política brasileira, a partir de 2013 com as manifestações de junho (FREIXO, 2016; FREIXO; MACHADO, 2019b) no debate público, e em seguida em 2016 com a chegada de Temer à presidência, institucionalmente na política externa, há um cenário propício para a ressignificação de uma antiga tradição na estratégia internacional brasileira. O surgimento de fissuras nas representações políticas e democráticas, como defende Freixo e Machado (2019b), abrem espaços para o crescimento de movimentos de direita e de movimentos autoritários de extrema direita no país, respectivamente, como o MBL e o Bolsonarismo. Eles aproveitaram a crise do modelo liberal democrático brasileiro para fazer crescer suas bandeiras entre grupos desfavorecidos e excluídos do processo de Globalização e das políticas redistributivas nacionais. Portanto, eles aproveitaram os limites da democracia brasileira para capitalizar essa população entorno de suas pautas políticas autoritárias, como o anticomunismo.

Em ambiente externo ocorre o surgimento de grupos políticos de extrema direita com tendência anticomunista a partir das rupturas de eventos como o *Brexit* (2016), A Eleição de

Donald Trump (2016) e o avanço da extrema-direita na Europa. Segundo Teitelbaum (2020), esses movimentos políticos procuram justificar sua guerra contra o comunismo pelo o seu caráter revolucionário e não tradicionalista. Eles defendem um nacionalismo extremo com características antiliberais e contra a globalização. São incluídos por Teitelbaum os líderes intelectuais desse movimento tais como Steve Bannon (EUA), Alexander Duggin (Rússia) e Olavo de Carvalho (Brasil). Ademais, esses movimentos norte-americanos, através de Steven Bannon, vêm criando nexos de ligação, também a organização de uma direita global em vários países como Itália, Polônia, Brasil (PENA, 2019). Entre as variadas pautas desse movimento anticomunista está a eliminação do inimigo vermelho, como último obstáculo, para evitar uma possível decadência de soberania e nacionalismo dos países.

No âmbito nacional, as manifestações de junho de 2013 são o início dessa onda anticomunista na política. Os grupos políticos autoritários de extrema direita e direita começaram a atuar abertamente contra o “comunismo”, ainda que sob a égide do regime político de 1988, cujos princípios amparam-se no multipartidarismo, isto é, a liberdade política para atuação de partidos e de movimentos de vários espectros, tal como as legendas políticas do comunismo. Algo próprio dessa conjuntura constitucional da Nova República, como em poucos momentos da história das constituições nacionais caracterizada por proibições a partidos comunistas, tal como ocorreu respectivamente, em 1922, 1927, 1946 e 1964. Mesmo que houvesse maior liberdade política, os atores políticos ligados ao Bolsonarismo iniciaram uma campanha de ligação do comunismo com o partido dos trabalhadores (PT) que durante aproximadamente cinco anos refletiram em crescente ódio. Qualquer crítica ou problema no país passou a ser ligada à legenda política, especialmente com o retorno da retórica de combate à corrupção. O Bolsonarismo encampou em sua plataforma política boa parte desses ressentimentos, seja nas redes sociais, seja no ambiente institucional, por exemplo, quando tentaram criminalizar o comunismo em terrorismo através do PL 5358/2016 (BOLSONARO, 2016, p. 1). Embora essa tentativa não tenha sido publicada pelo Congresso Nacional, ela demonstra a política anticomunista desses grupos de extrema direita, que logo em seguida seria instrumentalizada como plataforma de campanha para vitória nas Eleições presidenciais de 2018.

Vale lembrar, como mostrado na primeira parte do artigo que o PT não possui uma tradição comunista em suas origens como o PCB, PCdoB ou PSTU, mas sim uma dinâmica diferenciada de atuação reformista dentro da democracia liberal. Alguns quadros do partido, como José Dirceu ou Rousseff, integraram grupos políticos comunistas no passado, mas mudaram a sua perspectiva de atuação após a abertura política dos anos 80. Portanto, diferente do que fora defendido pelos grupos políticos anticomunistas, o PT não é comunista, logo os discursos daqueles personagens

políticos tinham maior interesse em ganhar espaço no debate político do que realmente realizar um ataque ao comunismo em si.

Os reflexos desse movimento são como nos dizem Freixo e Machado (2019b, p. 10-11):

[...] 2) a “descoberta” das ruas pela direita, que passaria a ocupar também esses espaços, lócus por excelência das forças e movimentos democráticos e progressistas, desde os anos da ditadura. Esta direita incluía desde organizações nacionalistas extremistas até jovens manifestantes que mesclavam a retórica de uma “antipolítica” rasa – “contra tudo e contra todos” – com um liberalismo difuso, passando por grupos de skinheads, monarquistas, defensores do retorno da ditadura militar, grupos religiosos conservadores e cidadãos de classe média com um extemporâneo e caricato discurso anticomunista somado a um genérico sentimento anticorrupção.

Os grupos elencados conseguiram construir uma força de organização política que levaram a acontecimentos sucessivos de vitórias políticas, como o impedimento de Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. É nesse momento que o anticomunismo, internamente, ganhou novo fôlego e força na política nacional. Logo, esses efeitos iriam chegar à PEB em signos como “desideologização”, “sem ideologia”. O Golpe de 2016 é a abertura definitiva para que o anticomunismo seja aceito como parte do jogo político brasileiro. Na política externa, o novo signo ressignificado anticomunista é ligar o comunismo ao bolivarianismo, representados em países como Venezuela, Argentina, Cuba (LACERDA, 2018, 2019).

Com o Golpe de 2016 (FREIXO; MACHADO, 2019b), o governo Temer aproveita o momento de crise para fazer mudanças na PEB. Ele incumbe José Serra de utilizar a retórica anticomunista, especialmente no que concerne a “desideologização” da estratégia internacional brasileira. Segundo esse discurso político, o Brasil precisava evitar parceiros ideológicos como Venezuela, Bolívia e Cuba. O que seria esse termo “parceiros ideológicos”? Seriam aqueles países da América do Sul que estavam revisitando o comunismo em seus regimes políticos pela via do Bolivarianismo no século XXI. Sendo assim, o Brasil deveria evitar forjar alianças com esses países “bolivariano-comunistas”.

É óbvio que essa retórica anticomunista tinha muito sentido para os grupos no poder. Por um lado, para José Serra era uma oportunidade de projetar sua imagem eleitoral em relação ao ano de 2018. Por outro lado, Temer utilizava-se dessa retórica com a finalidade de legitimar seu governo. Portanto, o que se viu na prática, foi uma vontade de satisfação de interesses pessoais, e tinha muito mais efeitos retóricos (FREIXO, 2019a). Ainda assim, ações como a suspensão da Venezuela do MERCOSUL (MRE, 2017a) ou a criação do Grupo de Lima (MRE, 2017b), devem ser vistas como um novo olhar na estratégia internacional anticomunista.

Em 2018, Jair Bolsonaro chega à presidência para radicalizar a política anticomunista nas instituições brasileiras. Como ele mesmo disse, sua missão era salvar o Itamaraty de ditaduras “assassinas” e “comunistas” (BOLSONARO, 2018). Desde a Ditadura Militar, nenhum grupo político com representação política significativa assumiu uma retórica tão clara anticomunista, tanto nas políticas internas como nas externas. Como propõe Almeida (2019), pautado nas ideias de Olavo de Carvalho², o presidente luta contra o comunismo internacional revisto sob signo de “Globalismo” e de “Marxismo Cultural” (PENA, 2019).

Na visão desses personagens anticomunistas, empresários globais são patrocinadores de um movimento para acabar com a soberania dos países e da cultura nacional. As elites políticas locais de esquerda são aliadas desses grupos quando defendem as organizações internacionais (OIs) - ONU, OMC, UNESCO - e suas legislações. Essa perspectiva aparece no trabalho de Pena (2019, p. 380), quando reflete sobre os discursos críticos aos “globalistas” do governo Bolsonaro. Nessa visão, que ela chamou de “marxismo cultural”, as OI’s são instrumentalizadas pela esquerda com fins políticos de difusão de valores comunistas.

Temer e Bolsonaro possuem muitas ações de política externa parecidas, como diz Moreira (2019a, 2019b, 2020), o que não reduz outras análises que mostram as diferenças na atuação, por exemplo, na questão da China. No governo Temer, a China nunca foi vista como uma ameaça comunista, mas sim como um bom parceiro comercial. Por outro lado, no governo Bolsonaro, esse ponto é mais problemático, pois ficou sempre entre o pragmatismo e a ideologia, como aponta Saraiva e Silva (2019, p. 122). Portanto, ora o governo atual atacava o comunismo chinês e seu regime político; ora recuava e elogiava o sistema econômico capitalista chinês, com vistas a manter os interesses econômico-comerciais.

No que concerne às semelhanças, ambos os governos usam a retórica política, na qual a estratégia internacional não deve possuir ideologia, ou pelo que chamam de “desideologização”. Porém, o que se observa na prática é uma tendência anticomunista reiventada, já que exclui países considerados de esquerda, como Venezuela, Bolívia, Nicarágua (MRE, 2019b; MRE, 2020). É significativo perceber a plataforma de ataque contra a Venezuela nas chancelarias de Serra e Nunes durante o governo Temer. No primeiro caso, articulou-se uma retórica contrária a “ditadura de Maduro” junto com a suspensão da Venezuela no MERCOSUL. E no segundo caso, alinharam-se os países sul-americanos em torno do Grupo de Lima para tornar a derrubada do governo Maduro mais organizado. Embora, tanto Serra quanto Nunes tinham trajetórias políticas pregressas, que

²Considerado como ideólogo de Jair Bolsonaro, Olavo de Carvalho é formado no pensamento da direita conservadora dos anos de 1980-1990, sobretudo nas definições de marxismo cultural. Atualmente, reside nos EUA, constantemente respeitado e visitado por grupos de direita dos EUA, do Brasil e mundo.

pouco mostravam uma postura anticomunista, mas quando estiveram a cargo do MRE, mostraram-se ativos nas tendências de ataque ao comunismo.

Como já foi dito por Freixo (2019a), o governo Temer utilizou esse discurso muito mais visando ao pleito eleitoral, ainda que ações “não ideológicas” de Política Externa sejam percebidas nesse momento, como por exemplo, o combate ao bolivarianismo-comunismo da Venezuela via suspensão do MERCOSUL (MRE, 2017a) ou criação do Grupo de Lima (MRE, 2017b). É válido dizer que a utilização da palavra “desideologização” pelos Chanceleres de Temer e Bolsonaro (SERRA, 2016; NUNES, 2017; ARAÚJO, 2019) é uma retórica para esconder seus reais interesses enquanto formuladores de política externa. Com o contexto favorável tanto externamente, quanto internamente, os interesses desses formuladores de Política Externa Brasileira é resgatar/reinventar a tradição anticomunista na estratégia internacional brasileira. A nova ação internacional anticomunista é utilizar uma aparente neutralidade para atacar/excluir países considerados de esquerda, como a Venezuela, Bolívia, Cuba, Nicarágua.

Em relação ao governo Bolsonaro, há certa continuidade no anticomunismo na PEB, como propõe Moreira (2019a; 2019b; 2020). Porém as ações e estratégias são levadas ao extremo, como nos mostra Freixo (2019a). Fala-se em antiglobalismo, luta contra o comunismo via marxismo cultural. Alguns formuladores da PEB aderem a esse combate ao comunismo internacional (ARAÚJO, 2019), além da autoridade máxima do país (BOLSONARO, 2019a, 2019b, 2019c).

As ações da PEB contra o comunismo não se restringem à Venezuela (MRE, 2019a), mas também a outros países como Cuba, Bolívia (MRE, 2020) e Nicarágua (MRE, 2019b). O reconhecimento de governos afins à política ideológica brasileira tem sido uma constante na ação internacional brasileira. Além disso, caso não reconheça esses países, o Brasil em sua luta anticomunista tem realizado pressões diplomáticas em foros multilaterais como OEA, ONU, PROSUL.

Vale lembrar que essa tendência anticomunista, inclusive, é um dos fatores que levam essa administração a fazer um alinhamento com os EUA, e tecer críticas reiteradas à China, tal como propõe Donald Trump desde 2017 na sua Estratégia Nacional de Segurança³ (EUA, 2017). Algo bem equivocado tendo em vista que o país asiático vive sob regime político comunista, porém sua economia é capitalista e integrada aos fluxos de comércio globais. Apesar dessa contradição, o Brasil, alinhado aos americanos, assumiu essa retórica anticomunista em âmbito internacional

³Em 2017, a Estratégia de Segurança Nacional americana é clara em definir aqueles que ameaçam os interesses americanos, no caso, poderes revisionistas (Rússia, China), estados ditatoriais (Irã, Coreia, Venezuela) e movimentos terroristas (Al Qaeda, Isis). Não é um acaso que as ações e estratégias contra a China além da Guerra Comercial, também passa pela disputa geopolítica.

contrariando seus interesses mais imediatos baseados em uma forte parceria comercial com a China desde 2009.

4 Considerações Finais

O anticomunismo na PEB é um fenômeno que se rearticula ao longo do tempo. Como visto no artigo, ele possui suas raízes ainda no século anterior, mesmo antes da Guerra Fria. Naquele mundo em crise, tanto econômica (crise de 1929) quanto política (democracia liberal), abriu-se espaço para o surgimento de correntes políticas opostas ao movimento comunista, como o nazismo, o fascismo e o integralismo. O Brasil, não fugiu dessa dinâmica, como foi argumentado neste artigo.

No Brasil, inicialmente essa tomada de posição ficou a cargo de instituições como a Igreja Católica, o Exército Brasileiro, a Imprensa e a Política. Com o desenrolar do tempo, esse sentimento político chegou de forma oficial e institucional ao país, sobretudo com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nos anos de 1930. No caso dos anos de 1930 a 1985, esses grupos políticos ao tomarem o poder, utilizaram do amplo aparato institucional (SEI e CIEX) para espionar e caçar seus opositores. Vale dizer que esse movimento não é uniforme no período assinalado, pois possui tensões e distensões a depender do governo de turno.

Além disso, a estratégia internacional brasileira fica marcada pela influência dos EUA, em especial durante a Guerra Fria, pressionando para que houvesse um alinhamento contra o comunismo soviético. Essa relação tornou-se muito mais conflitiva no âmbito político do que no âmbito econômico, especialmente nos governos brasileiros, que predicaram por mais autonomia em relação aos americanos. Também, são fundamentais as articulações bilaterais (Uruguai, Argentina) na América do Sul, cujos desdobramentos se deram em políticas conjuntas contra o comunismo.

Assim, esse primeiro momento, pode ser percebido como a origem do anticomunismo na PEB. Desde políticos trabalhistas (Vargas, JK) até militares (Dutra, Castelo), existe uma tendência anticomunista internacional do Brasil largamente citada no artigo na primeira seção. Nos anos de 1960, especialmente aqueles que defendiam uma maior autonomia frente os EUA. Apesar dessa autonomia, o anticomunismo estava presente em muitas ações e estratégias internacionais, até pela forma como o Itamaraty articulou-se por meio de inteligência no exterior.

Após diminuição das correntes extremistas contra o comunismo no final da Guerra Fria, há o retorno desses grupos autoritários sobre novos signos e estratégias no mundo e no Brasil. A reinvenção da luta contra o comunismo ocorre em função das crises econômicas (2008) e políticas

(democracia liberal) no mundo contemporâneo. Esse segundo momento histórico acontece porque há o descontentamento das pessoas com as instituições democráticas e liberais, assim como das promessas não cumpridas do estado de bem-estar social.

O Brasil sente os efeitos dessa pressão econômica e política a partir das Manifestações de 2013. É nesse momento que os grupos anticomunistas resolvem articular estratégias e dinâmicas de atuação, lideradas em parte por Jair Bolsonaro. Com o Golpe de 2016, o reposicionamento da PEB é feita na administração Temer. O novo signo do anticomunismo brasileiro reinventado é a retórica da “desideologização”. Na aparente neutralidade ideológica, eles rejeitam os parceiros estratégicos dos governos do PT (Venezuela, Bolívia, Nicarágua) para aprofundar em seu lugar antigos parceiros ocidentais (EUA, França, Itália, Israel).

Esse movimento é ampliado por Bolsonaro quando assume o poder no Brasil. Além da retórica mais forte e extrema, o país começa a tomar para si os signos políticos anticomunistas como a “desideologização” e o combate ao “marxismo cultural”. Esses discursos tornam-se recorrentes entre os formuladores da PEB, que recorrem a essa retórica conflitiva contra o movimento comunista no século XXI por diversos fatores. Em primeiro lugar, pelas suas raízes históricas no pensamento político nacional em diversas instituições brasileiras. Em segundo lugar pelo mundo em crise, tanto econômica (crise de 2008), quanto política (democracia liberal), que possibilita a expansão de grupos políticos autoritários e anticomunistas pelo mundo e pelo Brasil.

Portanto, essas crises possibilitam a expansão desses grupos políticos de extrema direita pelo mundo, como os movimentos ligados a Steve Bannon. Os novos signos contra o comunismo levam o mundo para mais um movimento global contra essa ideologia, logicamente que distinta daquela lógica do sistema bipolar da Guerra Fria. Entretanto, algumas táticas são muito semelhantes, como o ódio, a propaganda de raiva, a busca de eliminação dos rivais políticos. Se por um lado, no século XX o discurso anticomunista era visto em adjetivos como “ameaça”, “sindicalismo”, “burros”, “destruidor dos valores católicos”; Por outro lado, no século XXI o discurso anticomunista é ligado à “corrupção”, à “destruição dos valores cristãos, judaicos e protestante”. O que se percebe é a linguagem política se ressignificando no tempo, mas sempre com a tendência anticomunista muito perceptível.

Referências

ALIANÇA pelo Brasil. *Estatuto*. Publicado em 2019. Disponível em: <https://www.aliancapeloBrasil.com.br/estatuto-alianca-pelo-brasil.pdf>. Acesso em: 24 mai.2020.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Miséria da diplomacia – A destruição da diplomacia no Itamaraty*. Boa Vista: Editora UFRR, 2019.

APPADURAI, Arjun. Fadiga da Democracia. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.) *A Grande Regressão: um debate internacional sobre os novos populismos - e como enfrentá-los*. São Paulo, Estação Liberdade, 2019. p. 19-35.

ARAÚJO, Ernesto. *Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2019*. Publicado em 03 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08 jan. 2019.

AYÇAGUER, Ana. La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getúlio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935. *Estudios Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, jun. 2008, p. 92-120. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134612638006>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BIANCHI, Álvaro. Golpe de Estado: o conceito e sua história. In: FREIXO, Adriano de. MACHADO, Rosana-Pinheiro. (orgs.). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019b. p. 50-62.

BOLSONARO, Eduardo. *PL 5358/2016*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2085411>. Aceso em: 23 mar. 2020.

BOLSONARO, Jair. *Plano de Governo - O Caminho da Prosperidade*. Brasília: TSE, 2018.

BOLSONARO, Jair. *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional – Brasília, 1º de janeiro de 2019*. Publicado em 01 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19887-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BOLSONARO, Jair. *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019*. Publicado em 01 de janeiro de 2019b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19899-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BOLSONARO, Jair. *Mensagem ao Congresso Nacional, 2019: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura*. Brasília: Presidência da República, 2019c. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/mensagem-ao-congresso-2019/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. A participação do Estado Brasileiro em graves violações no exterior. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Brasília: CNV, 2014. p. 175-217. Acesso em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BROWN, Wendy. *Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 10, n. 24, 2020, p. 120-140. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060/2420>. Acesso em: 28 mai. 2020.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

CASTILHO, Alessandra. O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo. *Revista Neiba*, v. 3, n. 1, 2014, p. 57-68. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13849>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CATERINA, GIANFRANCO. *Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. Tese (Doutorado em História), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, f. 425, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27454>. Acesso em: 21 jun. 2020.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. Ed. rev. Ampl., 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CERVO, Amado; LESSA, Antonio. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 57, n. 2, 2014, p. 133-151. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf>. Acesso: 24 mai. 2020.

EUA. *National Security Estrategy of The United States of America*. Washington: White House, 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FREIXO, Adriano de et al (orgs.). *A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um Balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FREIXO, Adriano de. Tudo à frente, nada à frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016). In: FREIXO, Adriano de. (org.). *Manifestações no Brasil: as ruas em disputa*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016. p. 9-40.

FREIXO, Adriano de. *As relações exteriores – Bolsonaro, 100 dias*. Publicado 10 de abril de 2019a. Le Monde. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FREIXO, Adriano de. MACHADO, Rosana-Pinheiro. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: FREIXO, Adriano de. MACHADO, Rosana-Pinheiro. (orgs.). *Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019b. p. 9-24.

FUKUYAMA, Francis. The End of History?. *The National Interest*, n. 16, 1989, p. 3–18. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24027184>. Acesso em: 13 jun.2020.

LACERDA, Mariana Basso. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, f. 207, 2018.

LACERDA, Mariana Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MARQUES, Raphael. Repressão política e anticomunismo no primeiro governo Vargas: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v.15, n. 107, out./2013-jan./2014, p. 631-665.

MEARSHEIMER, John. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order, *International Security*, v. 43, n. 4 (Spring 2019), p. 7–50. Disponível em: doi.org/10.1162/ISEC_a_00342. Acesso em: 22 mai. 2020.

MIGUEL, Luiz Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 255 – Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul*. Publicado em 05 de agosto de 2017a. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 259 – Declaração de Lima*. Publicado em 08 de agosto de 2017b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 1 - Declaração do Grupo de Lima*. Publicado em 04 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19913-declaracao-do-grupo-de-lima-4>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 93 – Crise na Nicarágua*. Publicado em 16 de abril de 2019b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20299-crise-na-nicaragua>. Acesso em: 23 mai. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 2 – Convocação de Eleições na Bolívia*. Publicado em 05 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21186-convocacao-de-eleicoes-na-bolivia-2>. Acesso em: 23 mai. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Estado Plurinacional da Bolívia*. s/d. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com_content&view=article&id=4870&Itemid=478&cod_pais=BOL&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR. Acesso em: 13 jun. 2020.

MOREIRA, Danilo. *O Anticomunismo do Jornal A Palavra: O imaginário e suas mudanças de características (1930-1935)*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Pará, Belém, f. 49, 2012. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/3075>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MOREIRA, Danilo. Comunista? O Diabo? O imaginário anticomunista do jornal A Palavra (1930-1933). In: REIS, Marcos Vinicius; BASTONE, Paula; FERREIRA, Lara. *Política, Cultura e Sociedade na Contemporaneidade*. Macapá: Editora UNIFAP, 2018. p. 39-63. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2018/05/Livro-Pol%C3%ADtica-Cultura-e-Sociedade-na-Contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MOREIRA, Danilo. *Análise de Política Externa Brasileira: A continuidade dos governos Temer e Bolsonaro*. Monografia (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Amapá, Macapá, f. 156, 2019a. Disponível em: https://www.academia.edu/42088635/An%C3%A1lise_de_Pol%C3%ADtica_Externa_Brasileira_A_continuidade_dos_governos_Temer_e_Bolsonaro. Acesso em: 21 mar. 2020.

MOREIRA, Danilo; LUEDY, Tiago. História e Política Externa: Perspectivas para o governo Bolsonaro. In: GUIMARÃES, Athos; CORDOVIL, Wendel (orgs.). *II Simpósio Online de História dos Ananins: Ensino, Pesquisa e Extensão*. Ananindeua: Editora Cordovil E-books, 2019b. p. 271-276. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XZL1Z7k1J32QqysDg3pys1-k2uQYSHyw/view>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MOREIRA, Danilo. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). *Revista Neiba*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2020, p. 1-19. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/47941/32222>. Acesso em: 21 mar. 2020.

NEPOMUCENO, Maria. *A missão cultural brasileira no Uruguai: A construção de um modelo de Diplomacia Cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)*. Tese (Doutorado em Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NEPOMUCENO, Maria. A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937. *Em Tempo de História*, Brasília, n. 33, ago./ dez. 2018, p. 176-189. Acesso em: 19 mar. 2020.

NUNES, Aloysio. *Texto-base para o discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira – Palácio Itamaraty, 7 de março de 2017*. Publicado em 07 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15829-texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-alloysio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>. Acesso em: 13 jan. 2020.

OLIVEIRA, Adna. *O Itamaraty, o corpo diplomático e a ONU no início da Guerra Fria: a atuação brasileira entre 1947 a 1956*. In: XXIX Encontro Nacional de História, 2017a, Brasília-DF. Anais do XXIX Encontro Nacional de História, 2017a. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502822581_ARQUIVO_anphu2017-ADNA.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

OLIVEIRA, Adna. O Itamaraty no início da Guerra Fria e a ONU: discussão anticomunista e a perseguição do PCB. *Augustus*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./ jun. 2017b, p. 9-17. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15202/1764>. Acesso em: 25 mai. 2020.

OTÁVIO JUNIOR, Luís. *A cruz e a espada contra a foice e o martelo: o anticomunismo católico e militar no Brasil (1917-1945)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos), Universidade Federal Fluminense, Niterói, f. 152, 2014. Disponível em: <http://www.ppgest.uff.br/images/Disserta/2014/Luiz%20Otvio.pdf>. Acesso em: 19 mar.2020.

PENA, Lara. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 18, n. 36, 2º semestre 2019, p. 371-386. Disponível

em: file:///C:/Users/Home/Downloads/19677-Texto%20do%20artigo-76388-2-10-20190926.pdf.
Acesso em: 20 mar. 2020.

PENA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul. *Rev. Bras. Polit. Int.*, v. 52, n. 2, 2009, p. 43-62. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200003. Acesso em: 13 jun. 2020.

PIMENTEL, Gabriel Fernandes. Política Externa do governo Geisel (1974-1979): análise realista neoclássica. *Estudos Internacionais*, v. 3, n. 2, jul-dez- 2015, p. 203-224. Disponível em: file:///C:/Users/Home/Downloads/10602-Texto%20do%20artigo-46242-1-10-20160920.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

PRADO, Mayra do. *A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: A reexternalização do conflito ideológico*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, f. 95, 2017. Acesso em: 21 mai. 2020.

PROTO, Leonardo. História dos conceitos: fundamentos teórico-metodológico para construção da historiografia. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 122, ano XI, jul. 2011, p 74-81. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12749>. Acesso em: 25 mai. 2020.

REDAÇÃO O SUL. *Comércio entre Brasil e Venezuela volta a cair em 2019 e atinge o menor valor em 20 anos*. Redação o Sul, 16 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.osul.com.br/comercio-entre-brasil-e-venezuela-volta-a-cair-em-2019-e-atinge-o-menor-valor-em-20-anos/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

RÊGO, Manoel. *A trajetória de Juracy Magalhães na ditadura: entre suas memórias e a história*. In: XXIX Encontro Nacional de História, 2017, Brasília-DF. Anais do XXIX Encontro Nacional de História, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502807559_ARQUIVO_AtrajetoriadeJuracyMagalhaesnaDitadura-entreamemoriaeahistoria.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RODEGHERO, Carla. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002a.

RODEGHERO, Carla. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002b.

SALOMÃO, Fernanda. *A política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Monografia (Graduação em Relações Internacionais), Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, f. 55, 2015.

SARAIVA, Miriam; SILVA, Álvaro. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 64, dez. 2019, p. 117-137. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri64/RI_64_art08_MGSAVCS.pdf. Acesso em: 26 mai. 2020.

SERRA, José. *Discurso do ministro José Serra por ocasião da transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores*. Publicado em 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SETEMY, Adriana. *Por uma memória “diplomática”: O Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate*. In: X Encontro Estadual de História, 2010, Santa Maria-RS. Anais do X Encontro Estadual de História, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1276805216_ARQUIVO_ArtigoANPUHRS2010.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

SETEMY, Adriana. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. *Clio*, Recife, v. 31, n. 2, jul./dez. 2013a, p. 1-22. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24447>. Acesso em: 19/03/2020.

SETEMY, Adriana. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, f. 341, 2013b. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/805242.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SETEMY, Adriana. A conformação do Cone Sul em espaço transnacional de exílio e vigilância anticomunista: uma perspectiva a partir da análise dos telegramas diplomáticas (1935-1966). *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, nov. 2015, p. 101-131. Disponível em: Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193343056006>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, Dinair da. Fronteiras estratégicas: as Antilhas sob a ótica da diplomacia brasileira, 1947-1953. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 3, n. 5, jul./dez. 2002, p. 93-124. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/3104>. Acesso em: 21 mar. 2020.

SILVA, Eliene. O anticomunismo nos discursos políticos dos anos JK. *Em tempos de História*, Brasília, n. 14, jan./ jun. 2009, p.76-95.

SZILÁGYI, Ágnes. A Revolução Húngara de 1956 e a argumentação anticomunista no discurso público no Brasil no tempo da formação da Política Externa Independente. *Estudos Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, jan.-abr./ 2016, p. 127-141. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/21831>. Acesso em: 24 abr. 2020.

TEITELBAUM, Benjamin. *War for eternity – inside bannon’s far right circle of global power brokers*. California: Dey Street Books, 2020.

TEMER, Michel. *Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de estado – Brasília, 12 de maio de 2016*. Publicado em 12 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14020-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-brasilia-12-de-maio-de-2016>. Acesso em: 05 mar. 2020.

TORRES, Raquel. *O Inferno e o Paraíso se confundem: Viagens de brasileiros à URSS (1928-1933)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, f. 189, 2013. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2020.

Recebido em 24 de março de 2020.

Aceito para publicação em 21 de maio de 2020.